

# Critérios de Classificação

## U.11. A intervenção do Estado na Economia

Exercícios de Exames Nacionais – Itens de Construção

1.	<p>Na resposta, é explicitado o sentido do texto, referindo, nomeadamente, os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– no atual quadro de funcionamento da economia portuguesa, a política social deverá ter como:<ul style="list-style-type: none"><li>• objetivos: garantir o emprego e a equidade social;</li><li>• prioridades: assegurar aos cidadãos um nível de instrução e de formação profissional que lhes permita uma melhor inserção e progressão nas respetivas carreiras profissionais.</li></ul></li><li>– o Estado poderá atenuar as desigualdades na repartição dos rendimentos, atuando:<ul style="list-style-type: none"><li>• do lado das despesas públicas, sobretudo para combater situações de pobreza, aumentando as despesas de natureza social, por exemplo, fornecendo bens e serviços coletivos gratuitamente ou a preços inferiores aos do mercado, ou aumentando as transferências sociais para os grupos mais desfavorecidos (concessão de abonos, subsídios, etc.);</li><li>• do lado das receitas públicas, utilizando a política fiscal, estabelecendo, por exemplo, a progressividade dos impostos diretos.</li></ul></li></ul>
2.	<p>A resposta explica o papel do Estado na redistribuição do rendimento, referindo, nomeadamente, que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• a intervenção do Estado nesta área tem como objetivo corrigir desigualdades resultantes da repartição operada pelo mercado (repartição primária);</li><li>• através da aplicação de impostos diretos progressivos, o Estado efetua uma forma de correção das desigualdades verificadas;</li><li>• através de transferências internas (por exemplo, das prestações sociais pagas às Famílias), o Estado efetua uma outra forma de correção das desigualdades.</li></ul>

3.	<p>A resposta explicita o sentido do último parágrafo do texto, referindo, nomeadamente, três dos seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a distribuição dos rendimentos que resulta da ação do mercado é frequentemente caracterizada por um elevado grau de desigualdade;</li> <li>• o aumento do desemprego faz crescer um grupo vulnerável no interior da população, contribuindo para aumentar as desigualdades existentes na distribuição dos rendimentos;</li> <li>• cabe ao Estado adotar políticas sociais, de modo a promover uma maior equidade na distribuição dos rendimentos, tendo em vista uma maior coesão social;</li> <li>• para promover uma maior equidade social, o Estado pode implementar políticas sociais de redistribuição dos rendimentos e de apoio aos desempregados (como políticas ativas de emprego e de requalificação profissional).</li> </ul>
----	--

4.	<p>A resposta apresenta três dos aspetos que se seguem, ou outros considerados relevantes, para evidenciar a importância do Orçamento do Estado como instrumento de intervenção económica e social, em geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o Estado utiliza tanto as suas receitas como as suas despesas para prosseguir os seus objetivos económicos e sociais;</li> <li>• do lado das receitas, o Estado pode alterar a distribuição do rendimento (através dos impostos e das contribuições sociais);</li> <li>• ainda do lado das receitas, o Estado pode orientar a atividade produtiva através dos impostos (política fiscal);</li> <li>• do lado das despesas, o Estado pode (em certas circunstâncias) tentar dinamizar a economia através do consumo público, do investimento público e/ou de subsídios à produção;</li> <li>• ainda do lado das despesas, o Estado pode efetuar transferências sociais para as famílias mais carenciadas.</li> </ul>
----	--

5.	<p>Na resposta são classificados como indiretos dois dos seguintes impostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Imposto sobre o Tabaco;</li> <li>• Imposto sobre o Valor Acrescentado;</li> <li>• Imposto sobre os Produtos Petrolíferos.</li> </ul>
----	--

6.	<p>Na resposta é justificada a necessidade de intervenção do Estado, nas esferas económica e social, de forma a alcançar uma maior equidade, sendo referidos, entre outros, os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a repartição do rendimento efetuada pelo mercado «pode não ser justa», gerando desigualdades económicas e sociais;</li> <li>• com vista a garantir o acesso a níveis de bem-estar considerados desejáveis, sobretudo aos cidadãos mais carenciados, o Estado pode efetuar uma redistribuição do rendimento.</li> </ul>
----	---

7.	<p>Na resposta é explicado o papel do Estado na redistribuição do rendimento, em geral, sendo referidos, de forma correta, três dos seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• através da ação redistributiva, o Estado pretende minimizar as desigualdades existentes na repartição pessoal do rendimento, geradas na repartição efetuada pelo mercado;</li> <li>• através da aplicação de impostos (Política Fiscal) com taxas progressivas, o Estado pode atuar no sentido de atenuar desigualdades na repartição do rendimento;</li> <li>• ao efetuar transferências (Política Social), em especial para os mais carenciados, o Estado pretende atenuar as desigualdades na repartição do rendimento;</li> <li>• através da aplicação de impostos indiretos sobre certos consumos, com taxas diferenciadas, ou da atribuição de subsídios à produção de alguns bens, o Estado pode beneficiar as camadas da população mais desfavorecidas (ou penalizar as camadas da população com maiores rendimentos);</li> <li>• através do fornecimento direto de determinados bens e serviços, o Estado pode beneficiar, igualmente, camadas mais desfavorecidas da população.</li> </ul>
----	---

8.	<p>Na resposta é feita a distinção entre impostos diretos e impostos indiretos, sendo referidos, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• os impostos diretos incidem diretamente sobre os rendimentos ou sobre o património dos agentes económicos;</li> <li>• os impostos indiretos incidem sobre os bens e serviços transacionados no mercado.</li> </ul>
----	---

9.	<p>Na resposta é estabelecida a diferença entre os dois tipos de políticas económicas referidos no texto, sendo apresentados, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• as políticas conjunturais atuam no curto prazo e pretendem corrigir desequilíbrios que surgem num período curto;</li> <li>• as políticas estruturais atuam nos médio e longo prazos e pretendem, nomeadamente, criar condições para o crescimento económico.</li> </ul>
----	---

10.	<p>Na resposta são explicitadas as razões que podem levar à intervenção do Estado na economia, sendo referidos, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a ausência ou a insuficiência de oferta privada (do mercado) de certos bens, nomeadamente, de bens públicos, pode levar o Estado a suprir essa falha;</li> <li>• a existência de externalidades negativas, ou seja, de efeitos indesejáveis provocados pela produção privada de bens, é outro fator que pode levar à intervenção do Estado;</li> <li>• a existência de restrições à concorrência – concorrência imperfeita – pode também levar o Estado a intervir no sentido de regular o funcionamento dos mercados.</li> </ul>
-----	---

11.	<p>Na resposta, é explicitada a intervenção do Estado na atividade económica no sentido de contribuir para a correção da «falha de mercado» a que o texto se refere, sendo contemplados, de forma correta<sup>1</sup>, os seguintes aspetos, ou outros considerados equivalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a existência de um mercado de monopólio, como o da água do poço, e a consequente ausência de concorrência no mercado podem contribuir para a fixação de preços elevados, limitadores do acesso à água;</li> <li>• o Estado poderá intervir limitando o preço de venda da água ou favorecendo o aparecimento de outros vendedores (ou, em alternativa, limitando os lucros do monopolista);</li> <li>• a intervenção do Estado far-se-á no sentido de corrigir a imperfeição na concorrência, promovendo desta forma a eficiência do mercado.</li> </ul>
-----	--

12.	<p>Na resposta, é explicitada a evolução do saldo orçamental em Portugal, em 2010, face a 2009, sendo referidos, de forma correta<sup>1</sup>, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• em 2010, as receitas públicas totais aumentaram 7,4%, face a uma diminuição de 5,6% registada em 2009; em contrapartida, no mesmo ano, verificou-se um abrandamento do ritmo de crescimento das despesas públicas totais, tendo-se registado uma taxa de variação de 5,6%, contra o valor de 8,9% registado em 2009;</li> <li>• no ano em causa, apesar de as receitas públicas totais terem crescido a uma taxa de variação superior à das despesas públicas totais, o seu peso no PIB continuou inferior ao das despesas públicas totais, sendo, respetivamente, de 41,5% e de 51,3%, evidenciando assim a manutenção de um défice orçamental elevado, de 9,8%;</li> <li>• o comportamento das receitas públicas totais em 2010, expressa, por um lado, o crescimento de 2,3% registado pelas receitas correntes, face ao decréscimo de 5,7% verificado em 2009, e, por outro lado, o aumento de 273,4% registado pelas receitas de capital, o que contrasta com a diminuição de 0,3% verificada em 2009;</li> <li>• o comportamento das despesas públicas totais em 2010, expressa a variação das despesas de capital, que continuaram a crescer a um ritmo muito acelerado, 45,9%; no mesmo ano, as despesas correntes continuaram a crescer, mas a um ritmo inferior ao registado no ano anterior, 2,1%, contra o valor de 7,7% registado em 2009;</li> <li>• no período em causa, verificou-se uma redução do défice orçamental em percentagem do PIB, quer em Portugal, quer na UE 27; no entanto, o défice português em percentagem do PIB continuou acima do verificado na UE 27, sendo estes, respetivamente, de 9,8% e de 6,6%;</li> <li>• no período em causa, a evolução do défice português em percentagem do PIB acompanhou a tendência verificada na UE 27, embora registando desequilíbrios orçamentais mais significativos.</li> </ul>
-----	---

13.	<p>Na resposta, é explicitado o papel do Orçamento do Estado como instrumento de intervenção económica e social, sendo referidos, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o Orçamento do Estado, ao explicitar a origem das receitas públicas e a sua aplicação em diferentes áreas, permite identificar as opções económicas e sociais do Estado ao nível da promoção da equidade, eficiência e estabilidade da economia;</li> <li>• o Estado, através do seu Orçamento, poderá intervir na estabilidade da economia; por exemplo, o Estado, ao aumentar os impostos sobre os rendimentos das Famílias, mantendo-se tudo o resto constante, irá provocar uma redução do Rendimento disponível das Famílias, o que poderá ter como efeito uma quebra no Consumo privado, influenciando a atividade económica;</li> <li>• o Estado, através do seu Orçamento, poderá promover a equidade; por exemplo, o Estado, ao aplicar impostos diretos de taxas progressivas sobre os rendimentos das Famílias, mantendo-se tudo o resto constante, irá influenciar a repartição pessoal dos rendimentos.</li> </ul>
-----	---

14.	<p>Na resposta, é identificada a falha de mercado a que o texto se refere e são explicitadas as razões da intervenção do Estado destinada a ultrapassá-la, sendo mencionados, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados equivalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o texto refere-se a uma externalidade negativa;</li> <li>• o mercado tem, por vezes, ineficiências; de forma a ultrapassar estas ineficiências, o Estado intervém na economia com vista a promover o aumento da eficiência;</li> <li>• a intervenção do Estado pretende ter em conta os benefícios e/ou os custos ignorados pelos agentes económicos e contribuir para uma afetação mais eficiente dos recursos da economia.</li> </ul>
-----	---

15.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• as receitas públicas totais, em termos nominais, diminuíram de 76 934 milhões de euros, em 2011, para 67 794 milhões de euros, em 2012, o que correspondeu a uma taxa de variação anual de -11,9%;</li> <li>• as despesas públicas totais, em termos nominais, decresceram de 84 477 milhões de euros, em 2011, para 78 390 milhões de euros, em 2012, o que correspondeu a uma taxa de variação anual de -7,2%;</li> <li>• o PIB, em termos nominais, diminuiu de 171 065 milhões de euros, em 2011, para 165 409 milhões de euros, em 2012, o que correspondeu a uma taxa de variação anual de -3,3%;</li> <li>• verificou-se um agravamento do défice orçamental, em percentagem do PIB, que é explicado, por um lado, pelo agravamento do défice orçamental, em valor absoluto, decorrente de a diminuição do valor das despesas públicas totais ser inferior à redução verificada no valor das receitas públicas totais, e, por outro lado, pela diminuição do valor do PIB;</li> <li>• em Portugal, o défice orçamental, em percentagem do PIB, aumentou, passando de 4,4%, em 2011, para 6,4%, em 2012; esta evolução foi inversa à verificada na Área do Euro a 17 Estados-membros, onde o défice orçamental, em percentagem do PIB, diminuiu, passando de 4,2% para 3,7%.</li> </ul>
-----	--

16.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a impossibilidade de exclusão (são bens não excluíveis) refere-se ao facto de ninguém poder ser impedido de consumir um bem público (pois o seu consumo não pode ser individualizado);</li> <li>• a não rivalidade (são bens não rivais) refere-se ao facto de o consumo do bem público por um agente económico não diminuir a quantidade disponível desse bem para os outros agentes económicos;</li> <li>• devido à não exclusão, não é possível evitar que um comandante faça uso de um serviço pelo qual se recusou a pagar; assim, a iniciativa privada não consegue financiar adequadamente a sua atividade, o que justifica a necessidade da intervenção do Estado no fornecimento dos bens públicos (produzindo e oferecendo esses bens ou financiando a sua oferta).</li> </ul>
-----	---

17.	<p>Falhas de mercado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• externalidade OU externalidade negativa;</li> <li>• poder de mercado OU concorrência imperfeita OU uma das estruturas do mercado de concorrência imperfeita.</li> </ul>
-----	--

18.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a falha de mercado implícita no texto é uma externalidade negativa;</li> <li>• a fábrica de aço está a gerar efeitos negativos sobre o bem-estar de outros agentes económicos (ou sobre outras atividades económicas);</li> <li>• a quantidade produzida de aço poderá ser excessivamente alta, pois os produtores, ao não suportarem os custos resultantes do impacto dos seus resíduos noutras atividades económicas (ou na natação e na pesca), terão custos de produção inferiores aos que teriam se suportassem esses custos.</li> </ul>
-----	--

19.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a despesa pública total decresceu, tendo registado uma taxa de variação de - 9,1% (em termos nominais)<sup>1</sup>;</li> <li>• a formação bruta de capital (FBC), a remuneração dos empregados e o consumo intermédio foram as componentes que justificaram o decréscimo da despesa pública total;</li> <li>• a FBC, a remuneração dos empregados e o consumo intermédio diminuíram, tendo registado, respetivamente, taxas de variação de - 63,1%, de -16,8% e de - 4,1% (em termos nominais)<sup>1</sup>;</li> <li>• o decréscimo (percentual) da FBC e o decréscimo (percentual) da remuneração dos empregados foram superiores ao decréscimo (percentual) da despesa pública total, explicando a diminuição do peso destas componentes na despesa pública total;</li> <li>• o decréscimo (percentual) do consumo intermédio foi inferior ao decréscimo (percentual) da despesa pública total, explicando o aumento do peso desta componente na despesa pública total.</li> </ul> <p><sup>1</sup> A referência «em termos nominais» será exigida apenas uma vez ao longo da resposta.</p>
-----	---

20.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• os impostos diretos incidem sobre os rendimentos (incluindo as fontes de rendimento que recaem sobre o património) dos agentes económicos; os impostos indiretos incidem sobre o consumo de bens e serviços (transacionados no mercado);</li> <li>• os impostos diretos progressivos, ao apresentarem taxas (médias) de imposto mais elevadas para famílias com rendimentos mais elevados, contribuem para a redução das desigualdades na repartição (pessoal) dos rendimentos, promovendo a equidade;</li> <li>• os impostos indiretos podem comprometer a equidade, porque, na aquisição de um dado bem (ou de um bem de consumo essencial), as famílias com maiores rendimentos pagam a mesma taxa de imposto (ou o mesmo montante de imposto) que as famílias com menores rendimentos (ou que apenas recebem o rendimento social de inserção).</li> </ul>
-----	--

21.1.	Externalidade Negativa
-------	------------------------

21.2.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o Estado, ao aplicar o imposto (sobre a gasolina), contribui para o aumento do preço da gasolina (ou para o aumento do custo de utilização do automóvel), fazendo recair sobre o utilizador do automóvel parte dos custos (para a sociedade) associados a essa utilização;</li> <li>• a aplicação do imposto (sobre a gasolina) contribui para a promoção da eficiência, ao provocar uma melhor afetação dos recursos, através da menor utilização do automóvel (ou do menor consumo de gasolina ou do incentivo à utilização do transporte público), reduzindo alguns dos efeitos negativos para a sociedade.</li> </ul>
-------	--

22.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• uma redução dos impostos diretos pagos pelas famílias traduz-se num aumento do seu rendimento disponível (ou do seu poder de compra), considerando-se tudo o resto constante;</li> <li>• esta alteração no rendimento disponível das famílias possibilita o aumento do seu consumo;</li> <li>• o aumento do consumo das famílias incentiva o aumento da produção e, consequentemente, o aumento do produto do país (considerando-se tudo o resto constante) OU dado que o consumo privado é uma das componentes da despesa interna, o aumento desse consumo contribui para o crescimento do produto de um país (considerando-se as restantes componentes da despesa constantes).</li> </ul>
-----	--

23.	<p>Tópicos de resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação entre o valor da dívida pública e o défice orçamental, referindo que o aumento (do valor) da dívida pública resultou da existência de um défice orçamental.</li> <li>• Razão para a redução da dívida pública em percentagem do PIB, referindo que esta redução resultou de um aumento percentual (do valor) da dívida pública inferior ao aumento percentual (do valor) do PIB.</li> </ul> <p>Aspetos a observar em cada parâmetro</p> <p>Leitura de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• redução da dívida pública em percentagem do PIB;</li> <li>• aumento percentual do PIB;</li> <li>• aumento da dívida pública;</li> <li>• aumento percentual da dívida pública.</li> </ul> <p>Análise e síntese:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• relação entre o valor da dívida pública e o défice orçamental;</li> <li>• razão para a redução da dívida pública em percentagem do PIB.</li> </ul> <p>Terminologia e comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• utilização adequada dos termos: défice orçamental (ou público), dívida pública, dívida pública em percentagem do PIB e PIB;</li> <li>• clareza do discurso.</li> </ul>
-----	---

24.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Justificação da evolução da dívida pública em percentagem do PIB:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• em Portugal, referindo que o aumento da dívida pública em percentagem do PIB resulta do aumento percentual da dívida pública superior ao aumento percentual do PIB;</li> <li>• na Irlanda, referindo que a redução da dívida pública em percentagem do PIB resulta da redução da dívida pública e do aumento do PIB.</li> </ul> <p>Aspetos a observar em cada parâmetro</p> <p>Leitura de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• aumento da dívida pública em percentagem do PIB, em Portugal;</li> <li>• redução da dívida pública em percentagem do PIB, na Irlanda;</li> <li>• aumento percentual da dívida pública e do PIB, em Portugal;</li> <li>• aumento do PIB, na Irlanda;</li> <li>• redução da dívida pública, na Irlanda.</li> </ul>
-----	---



	<p>Análise e síntese:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• efeito na dívida pública em percentagem do PIB, em Portugal, da relação entre o comportamento da dívida pública e o comportamento do PIB;</li> <li>• efeito na dívida pública em percentagem do PIB, na Irlanda, do comportamento da dívida pública e do comportamento do PIB.</li> </ul> <p>Terminologia e comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• utilização adequada dos termos: dívida pública, dívida pública em percentagem do PIB e PIB;</li> <li>• clareza do discurso.</li> </ul>
--	---

25.	<p>Tópicos de resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Efeito da política monetária na inflação, referindo que a subida das taxas de juro aumenta o custo do crédito, o que reduz o financiamento do consumo das famílias e a inflação.</li> <li>•</li> </ul> <p>Efeito da política monetária no desemprego, referindo que o decréscimo do consumo das famílias reduz o produto, contribuindo para o aumento do desemprego (ou para a redução do emprego).</p>
-----	---

26.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Explicação dos efeitos do aumento dos impostos diretos no produto de um país, referindo que este aumento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ao reduzir (o rendimento disponível das famílias e) o consumo privado, contribui para a redução do produto desse país;</li> <li>• ao aumentar (as receitas do Estado e) o consumo (ou o investimento) público, contribui para o aumento do produto desse país.</li> </ul>
-----	--

27.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Explicação da razão que leva a que o serviço de defesa nacional não possa ser comercializado pela iniciativa privada, referindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a impossibilidade de excluir qualquer indivíduo de consumir esse serviço pelo facto de não o pagar;</li> <li>• a impossibilidade de cobrir (na totalidade) os custos de produção com essa atividade OU a impossibilidade de obter lucro com essa atividade.</li> </ul>
-----	--

28.	<p>Tópicos de resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•• Explicitação do contributo da ação do Estado para a redução da taxa de risco de pobreza, referindo que: <ul style="list-style-type: none"> <li>– o aumento do rendimento social de inserção (RSI) contribui para o aumento do rendimento das famílias, possibilitando às mais carenciadas a (melhor) satisfação de necessidades básicas (ou a melhoria do seu bem-estar) – medida A;</li> </ul> </li> <li>OU</li> <li>– o aumento do abono de família para crianças e jovens contribui para o aumento do rendimento das famílias com filhos, possibilitando-lhes suportarem os encargos (adicionais) com o sustento e com a educação dos seus filhos – medida B.</li> <li>•• Fundamentação, referindo que, sem quaisquer transferências sociais, 43,7% da população estava em risco de pobreza e que, após a ação do Estado, essa percentagem foi reduzida para 17,3% OU referindo que, sem a ação do Estado, a taxa de risco de pobreza foi (muito) superior à registada após a sua ação.</li> </ul>
-----	--

29.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Explicitação do papel do Estado na promoção da equidade em Portugal, referindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o aumento da taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social e o contributo do aumento das prestações sociais para a manutenção da taxa de risco de pobreza após transferências sociais;</li> <li>• o aumento das prestações sociais do Estado e o seu contributo para a redução do valor do indicador S80/S20 (ou para a redução da desigualdade na distribuição/repartição do rendimento).</li> </ul> <p>Aspetos a observar em cada parâmetro</p> <p>Leitura de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• aumento das prestações sociais do Estado;</li> <li>• manutenção da taxa de risco de pobreza após transferências sociais;</li> <li>• aumento da taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social;</li> <li>• redução do indicador S80/S20 ou da desigualdade na distribuição/repartição do rendimento.</li> </ul> <p>Análise e síntese:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o efeito das prestações sociais na evolução da taxa de risco de pobreza após transferências sociais;</li> <li>• o efeito das prestações sociais na evolução do indicador S80/S20.</li> </ul> <p>Terminologia e comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• utilização adequada dos termos: prestações sociais, taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social, taxa de risco de pobreza após transferências sociais e indicador S80/S20 (ou desigualdade na distribuição/repartição do rendimento);</li> <li>• clareza do discurso.</li> </ul>
-----	---

<b>30.</b>	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Explicação da razão pela qual a forte subida dos encargos com os juros da dívida pública poderá limitar a ação do Estado na promoção da equidade, referindo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o agravamento das despesas públicas, resultante do aumento dos encargos com a dívida pública, obrigou o Estado a reduzir o valor de outras despesas públicas;</li> <li>• o Estado, ao reduzir o valor dos subsídios de desemprego, contribuiu para a diminuição do rendimento (disponível) das famílias (de menores rendimentos), agravando a desigualdade na distribuição/repartição do rendimento (e comprometendo a promoção da equidade).</li> </ul>
------------	--

Obrigado por apoiar este projeto!

Bom estudo!

14 Dias